



INTERVENÇÃO DO MINISTRO DAS FINANÇAS, MÁRIO CENTENO

Conferência “Fórum Financeiro Outlook”

Fundação Calouste Gulbenkian

24 DE MAIO DE 2019

Bom dia a todos,

Em Novembro de 2015 cerca de 75% dos ativos da banca portuguesa estavam em bancos em resolução, à beira da resolução, sem capital e plano de negócios viável, ou com dificuldades acionistas sérias que impedia a revisão dos planos de negócio.

Portugal não tinha um plano sustentado de crescimento económico.

Para que Portugal tenha um crescimento económico sustentado é fundamental um setor financeiro saudável, robusto, dinâmico e capaz de financiar a economia.

Hoje, a maioria dos bancos regressou aos lucros e o sistema financeiro português está de novo ao serviço da economia, das famílias, das empresas e da inovação. Isto só é possível porque o Governo estabilizou o sistema financeiro.



Foi essa estabilização que permitiu a Portugal recuperar a reputação junto dos investidores e das agências de rating. Foi essa estabilização que trouxe as taxas de juro da dívida portuguesa para mínimos históricos. Estamos hoje praticamente em linha com Espanha e em níveis muito inferiores aos de Itália. Nos últimos 3 anos o diferencial de taxas com a Alemanha foi reduzido para menos de metade.

Mas estamos cientes que o setor financeiro português atravessa um período de adaptação – desde o desafio das Fintech até às finanças sustentáveis.

Com a era da digitalização, o negócio tradicional da banca está a renovar-se. O futuro dos serviços financeiros passa, sobretudo, pelo desenvolvimento de novos serviços e produtos que vão ao encontro de novas exigências.

Esta realidade coloca desafios antes inexistentes, desde logo porque o que até aqui se assumia um exclusivo do setor bancário, como por exemplo o acesso aos dados dos seus clientes, ou a capacidade para iniciar um pagamento numa conta, passa a estar também ao alcance das FinTech.

A digitalização da economia está em curso e muito foi já feito. Cada vez mais as instituições têm vindo a procurar novas respostas que estejam em linha com as necessidades de clientes mais informados e com novos hábitos de consumo.



Sabemos que a inovação tecnológica no setor financeiro traz também riscos. A regulação e supervisão são, por isso, essenciais para minimizar os riscos para a privacidade e segurança.

Na nova relação entre clientes, instituições e tecnológicas financeiras, caberá à regulação assegurar o delicado equilíbrio entre as vantagens da concorrência, inovação e movimento tecnológico, por um lado, e a proteção dos clientes, o tratamento dos dados pessoais e a segurança dos pagamentos, por outro.

O Governo tem deixado claro que não se deve criar barreiras desnecessárias à entrada de novos operadores no mercado. E, por isso, as regras sobre a atividade financeira devem ser proporcionais à dimensão e características dessa atividade, seja ela desenvolvida por uma entidade já estabelecida no mercado ou que pretenda iniciar novos serviços. Só assim será possível acompanhar a mudança, sem a prejudicar.

O avanço tecnológico irá, por outro lado, exigir uma outra resposta política e dos reguladores na criação de estímulos à inovação, de defesa dos direitos do consumidor e de promoção da literacia financeira e tecnológica. Nos últimos anos, o acesso *online* aos serviços bancários tornou-se mais comum enquanto forma de relacionamento dos clientes com os seus bancos, assim como o recurso a caixas automáticas.



Se, por um lado, os bancos devem prestar serviços de qualidade, com comissões acessíveis, a quem não acompanha a era digital, por outro lado, a rede de caixas automáticas, no que depender do Governo, vai continuar gratuita para os portugueses.

Não queria deixar ainda de fazer uma nota sobre o tema “Finanças sustentáveis”, ao qual será dedicado um painel desta conferência.

No Acordo de Paris e a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, das Nações Unidas, foram estabelecidos 17 objetivos ambiciosos para a erradicação da pobreza e o desenvolvimento económico, social e ambiental à escala global.

17 objetivos que exigem investimentos significativos, mudanças no processo decisório e mais financiamento sustentável. O planeta precisa, de acordo com a OCDE, de investimentos superiores a seis biliões de euros até 2030 para limitar o aquecimento global a 2 graus.

O setor público está longe de conseguir responder por estes valores e, uma vez que as alterações climáticas são um problema de todos, o setor privado também precisa de contribuir.

Por mais que esteja a crescer a procura por investimentos sustentáveis ainda há muito trabalho a fazer até que as finanças “verdes” respondam às



necessidades do planeta. Um futuro de baixo carbono exige assim a mobilização do financiamento tradicional.

Em linha com a União dos Mercados de Capitais, a Comissão Europeia apresentou já um plano de ação para as finanças sustentáveis e várias iniciativas legislativas, entre as quais:

- A definição clara, para empresas e investidores, do que são atividades e produtos “verdes” ou sustentáveis;
- A identificação da informação ambiental, social e de *governance* que os fundos de investimento terão de divulgar sobre as empresas que constituem os seus portfólios;
- A criação de índices de referência de empresas cotadas em bolsa.

No próximo quadro comunitário europeu, há ainda o compromisso da Comissão Europeia de que 25% das despesas da União Europeia vão contribuir para os objetivos climáticos e que mais de 50% do Fundo Europeu de Desenvolvimento e do Fundo de Coesão serão alocados à digitalização e à economia de baixo carbono.

Por outro lado, o Fundo InvestEU, que substituirá o Plano Juncker, vai ter 12 mil milhões de euros para investimento em Infraestruturas Sustentáveis.



O roteiro da Comissão Europeia mostra como o setor financeiro pode aproveitar as oportunidades económicas da sustentabilidade e trabalhar em benefício - e não em detrimento - da sociedade, do meio ambiente e do planeta. Cada vez mais é inaceitável investir em empresas que poluem ou não pagam salários justos aos respetivos trabalhadores.

Apesar dos progressos, muito mais pode ser feito, e precisa ser feito, para melhorar a sustentabilidade da nossa economia e da nossa sociedade. Os objetivos dos Portugal 2030 exigem um compromisso de todos na transição para uma economia circular, na valorização dos cidadãos e do território e na descarbonização da sociedade.

Em março deste ano, o Governo criou um Grupo de Reflexão para as Finanças Sustentáveis, que inclui bancos, supervisores e associações ligadas ao setor financeiro, com três objetivos fundamentais:

- Alertar o setor financeiro para as iniciativas legislativas da Comissão Europeia;
- Chamar a atenção para o risco financeiro decorrente das alterações climáticas e que contribui para o risco sistémico do setor;



- Mobilizar o setor para o desenvolvimento de produtos financeiros que promovam empresas e projetos alinhados com a neutralidade carbónica e economia circular.

Cabe-nos a todos nós - políticos, instituições financeiras e gestores - incluir os princípios orientadores da sustentabilidade nas práticas de negócios e nas nossas vidas diárias.

Muito obrigado.